

Ambientes livres de fumo

LEIS ANTIFUMO BENEFICIAM A ECONOMIA

Leis antifumo abrangentes reduzem a exposição ao fumo passivo, uma causa conhecida de mortes e doenças. Essas leis também ajudam fumantes a parar de fumar e impedem a iniciação entre os jovens. Como resultado, as leis antifumo salvam vidas e reduzem custos com a saúde e custos relacionados associados ao fumo em ambientes de trabalho e locais públicos.

Permitir o fumo em ambientes de trabalho e locais públicos é um atraso para a economia. Isso impõe um pesado ônus financeiro, por meio de maiores gastos médicos, perda de produtividade em função de doenças, maiores prêmios de seguro, e maiores custos de limpeza e manutenção dos imóveis.

Leis antifumo abrangentes são mais rentáveis para as empresas do que proibições parciais de fumar. A maioria dos custos significativos para as empresas que permitem o fumo, como os custos de manutenção, só pode ser eliminada com a proibição total do fumo.¹

A exposição ao fumo passivo impõe gastos médicos consideráveis

A implementação de leis antifumo abrangentes ajuda a reduzir os gastos médicos associados à exposição ao fumo passivo.

- Nas regiões rurais da China, o total de custos diretos com saúde atribuídos à exposição ao fumo passivo é de US\$ 1,2 bilhão, o que representa 0,3% dos gastos nacionais com saúde e 0,02% do PIB do país em 2015. O seguro de saúde cobria apenas um quinto desses custos e as pessoas pagavam o saldo restante do próprio bolso, o que equivalia a quase metade da renda média diária, colocando assim um alto ônus financeiro sobre as famílias.²
- Na Alemanha, crianças de 9 a 11 anos expostas a qualquer quantidade de fumo passivo em casa ou em lugares públicos tiveram maiores custos com a saúde em comparação com crianças não expostas ao fumo passivo. Em famílias nas quais as crianças são regularmente expostas ao fumo passivo, os custos médicos adicionais foram, em média, superiores a €114 por ano.³
- Em Taiwan, o custo total direto e indireto da exposição ao fumo passivo foi de US\$ 126 milhões, o equivalente a 0,3% do PIB em 2010.⁴
- Nos Estados Unidos, a Sociedade de Atuários estima que quase US\$ 5 bilhões sejam gastos todos os anos com atendimento médico para doenças em não fumantes causadas pela exposição ao fumo passivo.⁵

O fumo no ambiente de trabalho reduz a produtividade e resulta em custos adicionais para as empresas

Permitir o fumo em locais de trabalho leva a um aumento do absenteísmo e reduz a produtividade entre os funcionários que fumam, aumentam os custos de saúde e seguro de vida e aumentam os custos de limpeza e manutenção.⁶

- Um estudo multinacional constatou que, nos sete países incluídos no estudo, os fumantes apresentaram taxas mais altas de absenteísmo, em comparação com os ex-fumantes e os que nunca fumaram.⁷
 - Na China, os trabalhadores que fumavam tinham um absenteísmo 61% maior do que os ex-fumantes.⁷
- Nos Estados Unidos, estima-se que os funcionários que fumam custam aos seus empregadores um US\$ 5.816 adicionais, em comparação com os não fumantes, devido a taxas mais altas de absenteísmo, intervalos para fumar, custos médicos e fundos de aposentadoria.⁸
- Na Escócia, os custos de seguros contra incêndio atribuíveis ao fumo foram estimados em £ 4 milhões por ano para os locais de trabalho.⁹

Leis antifumo não prejudicam a indústria da hospitalidade

Estudos que avaliam as receitas e o emprego na indústria da hospitalidade (por exemplo, restaurantes, bares e estabelecimentos turísticos) antes e depois da implementação de leis antifumo não mostram nenhum impacto econômico negativo consistente, apesar das alegações da indústria do tabaco de que a proibição de fumar prejudicará a indústria da hospitalidade.

- Um estudo de 2017 que examinou dados de vendas, receita, lucro e emprego coletados de empresas em 19 países europeus não encontrou efeito negativo significativo nos resultados econômicos de restaurantes, bares e cafés em países que implementaram proibições abrangentes ao fumo em comparação com empresas de países sem proibições.¹⁰
- Em 2016, o O National Cancer Institute dos Estados Unidos e a Organização Mundial da Saúde conduziram uma extensa revisão da literatura econômica sobre controle do tabaco e concluíram que todos os estudos mais bem elaborados estabelecem que as leis antifumo “não causam

LEIS ANTIFUMO BENEFICIAM A ECONOMIA

resultados econômicos adversos aos negócios, incluindo restaurantes e bares. Na verdade, as políticas antifumo geralmente têm um impacto econômico positivo nos negócios.”⁶

- Uma metanálise de 2014 de 39 estudos realizados em todo o mundo examinou os impactos econômicos da proibição do fumo em bares e restaurantes e constatou que não houve mudanças substanciais no emprego ou nas vendas para a indústria da hospitalidade após a implementação e que os restaurantes experimentaram pequenos ganhos econômicos. A análise também descobriu que, embora os bares tenham apresentado alguns impactos negativos iniciais nas vendas absolutas, essas perdas desapareceram com o tempo.¹²

País por país, as leis antifumo não têm efeitos econômicos negativos em restaurantes e bares.

- A Irlanda foi o primeiro país a aprovar uma lei antifumo abrangente em 2004. O impacto econômico geral da proibição sobre os bares foi insignificante nos três anos seguintes à implementação.¹²
- O ano que se seguiu à implementação da lei antifumo na Cidade do México, não houve impacto negativo significativo sobre faturamento, salários e níveis de emprego em restaurantes, cases noturnas e bares. Na verdade, houve aumentos modestos em salários e níveis de emprego em todos os lugares, e os

restaurantes apresentaram um pequeno aumento de faturamento.¹³

- Na Argentina, estudos das leis antifumo na cidade de Buenos Aires e quatro províncias mostraram que as leis não afetaram negativamente a rentabilidade de bares e restaurantes. No caso de Buenos Aires, há evidências de que as leis antifumo levaram a um aumento de 7–10% nas vendas de bares e restaurantes. Além disso, não houve efeitos negativos de longo prazo sobre as vendas de restaurantes e bares na província de Santa Fe nos dois anos seguintes à proibição ao fumo.^{14,15}
- Até em climas mais frios, as leis antifumo têm pouco impacto econômico na indústria da hospitalidade. Na Noruega, um estudo que examinou receitas e vendas de restaurantes e bares não encontrou nenhum impacto econômico significativo no curto ou longo prazo após a implementação da lei nacional antifumo.¹⁶

Leis antifumo não afetam a indústria do turismo

- No ano após a aprovação de sua lei antifumo abrangente, a Nova Zelândia experimentou um aumento de 1,5% nos visitantes estrangeiros e um aumento de 3,3% nos gastos dos visitantes.¹⁷
- No Chipre, a legislação antifumo implementada em 2010 não teve um efeito negativo nas receitas da indústria do turismo no ano seguinte à proibição.¹⁸

PRINCIPAIS MENSAGENS

- **A exposição ao fumo passivo aumenta os gastos médicos e de saúde.**
- **Permitir fumar nos locais de trabalho diminui a produtividade e aumenta os custos.**
- **Proibições abrangentes ao fumo não prejudicam a indústria da hospitalidade e podem até ter um impacto positivo.**

Referências

1. U.S. National Cancer Institute and World Health Organization. The Economics of Tobacco and Tobacco Control. National Cancer Institute Tobacco Control Monograph 21. NIH Publication No. 16-CA-8029A. Bethesda, MD: U.S. Department of Health and Human Services, National Institutes of Health, National Cancer Institute; and Geneva, CH: World Health Organization; 2016. 2. Yao T, Sung HY, Mao Z, Hu TW, Max W. The healthcare costs of secondhand smoke exposure in rural China. *Tobacco Control* 2015;24(e3):e221-6. 3. Batscheider A, Zakrzewska S, Heinrich J, Teuner CM, Menn P, Bauer CP, et al. Exposure to second-hand smoke and direct healthcare costs in children – results from two German birth cohorts, GINIplus and LISAplus. *BMC Health Serv Res* 2012; 12:344. 4. Sung HY, Chang LC, Wen YW, Tsai YW. The costs of smoking and secondhand smoke exposure in Taiwan: a prevalence-based annual cost approach. *BMJ Open* 2014;4(7):e005199. 5. Behan DF, Eriksen MP, Lin Y. Economic effects of environmental tobacco smoke. Schaumburg: Society of Actuaries, 2005. 6. World Health Organization International Agency for Research on Cancer. Evaluating the Effectiveness of Smoke-free Policies. IARC Handbook of Cancer Prevention. Lyon: WHO IARC, 2009. 7. Baker CL, Flores NM, Zou KH, et al. Benefits of quitting smoking on work productivity and activity impairment in the United States, the European Union and China. *Int J Clin Pract* 2017;71(11):e12900. 8. Berman M, Crane R, Seiber E, et al. Estimating the cost of a smoking employee. *Tobacco Control* 2014;23:428-433. 9. Parrott S, Godfrey C, Raw M. Costs of employee smoking in the workplace in Scotland. *Tobacco Control* 2000;9(2):187-92. 10. Pieroni L, Salmasi L. The Economic Impact of Smoke-Free Policies on Restaurants, Cafés, and Bars: Panel Data Estimates from European Countries. *Journal of Policy Analysis and Management* 2017;6(4):853-79. 11. Cornelsen L, McGowan Y, Currie-Murphy LM, Normand C. Systematic review and meta-analysis of the economic impact of smoking bans in restaurants and bars. *Addiction* 2014;109(5):720-7. 12. Cornelsen L, Normand C. Impact of the Irish smoking ban on sales in bars using a large business-level data set from 1999 to 2007. *Tobacco Control* 2014;23(5):443-8. 13. Guerrero López CM, Jiménez Ruiz JA, Reynales Shigematsu LM, Waters HR. The economic impact of Mexico City's smoke-free law. *Tobacco Control* 2011; Published online first. 14. González-Rozada M, Molinari M, Virgolini M. The Economic Impact of Smoke-Free Laws on the Sales of Bars and Restaurants in Argentina. Documento de Trabajo 03/2008. Centro de Investigación de Finanzas, Escuela de Negocios, Universidad Torcuato Di Tella, 2008. 15. Candiotti C, Rossini G, Guiguet E, Costa O, Schoj V. Economic evaluation of a 100% smoke-free law on the hospitality industry in an Argentinean province. *Salud publica de Mexico* 2012;54(3):225-32. 16. Melberg HO, Lund KE. Do smoke-free laws affect revenues in pubs and restaurants? *The European Journal of Health Economics* 2012;13:93-99. 17. Edwards R, Thomson G, Wilson N, Waa A, Bullen C, O'Dea D, et al. After the smoke has cleared: evaluation of the impact of a new national smoke-free law in New Zealand. *Tobacco Control* 2008;17(1):e2. 18. Talias MA, Savva CS, Soteriades ES, Lazuras L. The effects of smoke-free policies on hospitality industry revenues in Cyprus: an econometric approach. *Tobacco Control* 2015;24:e199-204.